



Núcleo de Meio Ambiente
Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá
Belém, Pará, Brasil
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas>

Hugo Pinon de Sousa
Secretaria Municipal de Educação de
Ananindeua
hugosousa16@gmail.com

Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará
cnsgeo@yahoo.com.br

João Marcio Palheta da Silva
Universidade Federal do Pará
jmarciopalheta@uol.com.br

Edinael Pinheiro da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Breves
silvaepgeo@yahoo.com

ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE SOBREVIVÊNCIA DE PESCADORES NO DISTRITO DE SÃO JOÃO DO ABADE

RESUMO: A área de estudo da presente pesquisa, o distrito de São João do Abade, no município de Curuçá, no estado do Pará, Norte do Brasil, é um dos principais entrepostos pesqueiros da região. Com uma diversidade de frigoríficos, bem como de armazéns e do próprio mercado municipal, reúne as condições, para agregar relevância, no que concerne ao desenvolvimento do setor pesqueiro. Em Curuçá, pratica-se a pesca comercial de tipo artesanal, segundo o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Esta pesquisa partiu da premissa de que esses pescadores comerciais de tipo artesanal se dividem em dois grupos distintos, em Curuçá: os pescadores autônomos e os pescadores subordinados aos marreteiros, ao qual ambos vendem o seu pescado no distrito de São João do Abade. Para se manter e para sobreviver, enquanto segmento social na atividade de pesca, esses dois grupos desenvolvem estratégias territoriais e, para analisar essas ações pragmáticas e os conflitos entre os agentes envolvidos, utilizou-se, como metodologia investigativa deste estudo, o mapeamento participativo, com auxílio do sistema de posicionamento global (GPS), junto a esses atores sociais, somado com entrevistas estruturadas, com questionários e com registros fotográficos *in loco* da realidade da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios, Pesca, Curuçá.

TERRITORIAL STRATEGIES FOR THE SURVIVAL OF FISHERMEN IN THE DISTRICT OF SÃO JOÃO DO ABADE

ABSTRACT: The study area of this research, the district of São João do Abade, at the municipality of Curuçá, in Pará, Northern Brazil, is one of the main fishing warehouses in

Recebido em: 2019-12-21
Avaliado em: 2020-07-27
Aceito em: 2020-09-08

the region. It presents a diversity of slaughterhouses, as well as warehouses and the municipal Market. Besides that, the district join in conditions to add relevance to the development of the fishing sector. In Curuçá, artisanal commercial fishing is practiced in accordance with Article 8 §1 of Law 11.959/2009 (Brazilian National Policy for the Sustainable Development of Aquaculture and Fisheries). This research considers that Curuçá's artisanal commercial fishermen are classified in two distinct groups: the autonomous fishermen and the fishermen subordinated to the middlemen, in which both sell their fishes in the district of São João do Abade. In an attempt to maintain and survive as a social segment in the fishing activity, these two groups developed territorial strategies. In order to analyze these pragmatic actions and the conflicts between these agents, it was used a participatory mapping, with the aid of a Global Positioning System (GPS), with these social actors, as well as structured interviews that included on-site questionnaires and photographic surveys on that particular reality.

KEYWORDS: Territories, Fishing, Curuçá.

ESTRATEGIAS TERRITORIALES DE SUPERVIVENCIA PESQUERA EN EL DISTRITO DE SÃO JOÃO DO ABADE

RESUMEN: El área de actuación de esta investigación, el distrito de São João do Abade, en el municipio de Curuçá, en el estado de Pará, en Norte de Brasil, es uno de los principales almacenes de pesca de la región. Con una variedad de mataderos, así como almacenes y el mercado municipal en sí, he cumplido las condiciones para agregar relevancia al desarrollo del sector pesquero. En Curuçá la pesca comercial de tipo artesanal se practica según el artículo 8º, del párrafo 1º de la ley nº 11.959 del 29 de junio de 2009. Esta investigación se basó en la premisa de que los pescadores comerciales artesanales de la ciudad se dividen en dos grupos distintos: los pescadores autónomos y los pescadores subordinados a los mazos, en los que ambos venden sus peces en el distrito de São João do Abade. Para mantener y sobrevivir como un segmento social en la actividad pesquera, estos dos grupos desarrollan estrategias territoriales y para analizar estas acciones pragmáticas y conflictos entre los agentes involucrados en este estudio, fue hecho el mapeo participativo con estos actores sociales, con la ayuda del sistema de posicionamiento global (GPS) como metodología de investigación, sumados a entrevistas estructuradas con observaciones en cuestionarios y registros fotográficos in loco de la realidad de la investigación

PALABRAS CLAVE: Territorios, Pesca, Curuçá.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta, como recorte analítico, o distrito de São João do Abade, em Curuçá, na porção nordeste do estado do Pará, e parte da hipótese da existência de indícios de que os pescadores artesanais, que desembarcam o seu pescado no distrito, estão inseridos em um processo de subordinação, através da cooptação do seu esforço de pesca, por parte dos marreteiros, também chamados de regatões ou atravessadores, comerciantes de pescado, que são os proprietários dos frigoríficos do distrito e que financiam as pescarias dos trabalhadores a eles subordinados. A problemática desta pesquisa se concentra em responder à seguinte pergunta: quais são as estratégias de sobrevivência dos pescadores curuçães, que exercem a pesca e que comercializam seu pescado com autonomia, no distrito do Abade, diante das ações de subordinação, praticadas pelos marreteiros?

O esforço de pesca, por parte destes atores sociais, está sendo subordinado pelos marreteiros ou atravessadores. Isto implica a perda da autonomia sobre o destino comercial do quantitativo de peixes capturados, bem como acarreta uma situação de exploração em demasia destes sujeitos, pela extorsão dos seus rendimentos, a partir da exploração de seu esforço de trabalho, com maiores jornadas de trabalho e, também, com ações predatórias sobre seus estoques pesqueiros.

Os conflitos territoriais são produto da disputa por territórios com peixes de alto valor no mercado entre pescadores artesanais subordinados e autônomos, no distrito do Abade, centro consumidor e comercial de pescado, trabalhadores, cujos esforços de pesca sofrem processos de cooptação ou de subordinação, com desdobramentos na sua organização territorial e nas suas atividades de pesca.

Nesse contexto, o pescador artesanal do distrito do Abade vem se

especializando, como pequeno produtor, para abastecer às exigências e às demandas do comércio, no entanto muitos o fazem, através da subordinação aos marreteiros, que extorquem os rendimentos destes sujeitos, por meio de intensa exploração do segmento, o que enfraquece a pesca autônoma cooperativada entre os pescadores e, também, a socialização da riqueza da atividade entre os trabalhadores.

Este artigo busca analisar as estratégias de sobrevivência ou de resistência, empreendidas pelos pescadores, que comercializam seu pescado de maneira autônoma, no distrito de São João do Abade. Com este objetivo, utilizou-se o mapeamento participativo, como método de análise das estratégias utilizadas pelos pescadores da localidade, dentro do binômio autonomia-subordinação na atividade pesqueira.

A pesquisa parte do reconhecimento da subordinação de parte dos pescadores itinerantes, pela

cooptação de seu trabalho, por parte dos marreteiros, através da marretagem, o que promove conflitos territoriais, com os pescadores autônomos, e a necessidade da realização de estratégias de sobrevivência ou de resistência, por parte dos últimos.

O distrito do Abade, recorte de análise deste estudo, é um entreposto comercial de pescado de relativa envergadura, no município de Curuçá, logo os conflitos descritos condicionam as estratégias dos pescadores autônomos, para a defesa de seus territórios e de seus mercados consumidores e, também, para a sua própria sobrevivência, enquanto segmento social.

Compreender as formas de subordinação dos pescadores artesanais pelos marreteiros, bem como os conflitos territoriais decorrentes da pesca, é fundamental, para se entender as táticas de sobrevivência dos pescadores autônomos e, também, o destino e a divisão dos ganhos com o pescado

capturado, que compõe essas estratégias, em seu dia a dia, pois estas estabelecem o uso e o controle dos pesqueiros, por parte desses atores.

Assim, o debate recai sobre as disputas pelo uso dos territórios pesqueiros e dos mercados consumidores entre os marreiros, e os pescadores, a estes subordinados, e os pescadores autônomos, bem como aborda os conflitos subsequentes, dos quais emergem as estratégias de sobrevivência dos atores, para se manter na atividade de pesca.

As elaborações de produtos cartográficos, a partir do mapeamento participativo, redundaram de pesquisas de campo e de laboratório, sendo utilizadas imagens de sensores remotos da área pesquisada (LandSat TM e Google Earth). As imagens e os mapas produzidos e utilizados na execução deste artigo foram convertidos da projeção Universal Transverso Mercator (UTM) para os sistemas de coordenadas geográficas e de Datum WGS.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a execução desta pesquisa, foram planejados alguns procedimentos metodológicos, os quais foram divididos em duas etapas.

A primeira etapa da pesquisa diz respeito à realização de levantamento bibliográfico e documental, com vistas ao fortalecimento teórico do artigo, através de arrolamento, de seleção, de produção de resenhas e de arquivamento de informações e de documentação, relacionadas ao tema em discussão.

Essa etapa objetivou o levantamento de informações, com a finalidade de formar uma base de dados bibliográficos sobre os conflitos de pesca e sobre as estratégias de sobrevivência usadas por comunidades amazônicas, que possuem, no extrativismo pesqueiro, sua principal atividade econômica. Para tanto, foram realizadas pesquisas em bibliotecas da cidade de Belém (SUDAM, UFPA, MUSEU GOELDI, IBGE) e em secretarias e em arquivos municipais, bem como foram realizadas visitas a sítios de

periódicos, como: periódicos da CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Social Science Citation Index* e outros, que possuíssem, em seus bancos de dados, trabalhos relacionados com a Geografia regional e com a pesca, incluindo dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A segunda etapa foi a pesquisa de campo, realizada com os agentes da atividade de pesca no distrito de São João do Abade, e serviu para o reconhecimento e para o entendimento da realidade da área de estudo *in loco*, pela realização de entrevistas e pela aplicação de questionários aos pescadores locais, objetivando a coleta de informações primárias – que não estão disponíveis em meios eletrônicos ou em documentos oficiais.

Nesta etapa, foi aplicada a metodologia de mapeamento participativo, tanto com os pescadores

autônomos quanto com os subordinados, com o auxílio do Sistema de Posicionamento Global (GPS), pelo qual se buscou mapear os territórios e as territorialidades, com base nas referências geográficas destes sujeitos, considerando suas percepções sobre da pesca.

Para a realização do mapeamento, previamente explicado aos participantes da pesquisa, foram obtidas imagens de sensoriamento remoto da localidade de São João do Abade e, também, do município de Curuçá, além de **mapas-base**¹ da área, a partir dos dispositivos LandSat TM e do Google Earth. Em seguida, foi solicitado aos participantes, que inserissem suas referências territoriais nos mapas em branco, com o uso de canetas esferográficas e de pincéis coloridos. Procedeu-se dessa maneira no intuito de estimular a memória e as

¹ Mapa usado para coletar as informações dos pescadores da área estudada. Este mapa possui apenas informações espaciais básicas, tais como: hidrografia, limite municipal,

arruamentos, etc. O mapa-base é assim configurado no intuito de estimular a memória dos participantes acerca de seu dia a dia, na atividade de pesca.

percepções dos participantes (SILVA; VERBICARO, 2016).

Os produtos cartográficos, oriundos do mapeamento participativo, resultaram das pesquisas de campo e de laboratório, em que foram utilizadas imagens de sensores remotos (LandSat TM e Google Earth) da área pesquisada. As imagens e os mapas utilizados na execução deste texto, elaborados a partir daqueles produtos, foram convertidos da projeção UTM para os sistemas de coordenadas geográficas e de Datum SIRGAS 2000.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Furtado e Pimentel (2010), Curuçá nasce como uma feitoria de pesca, no século XVII, sendo um forte militar estratégico, para a ocupação colonizadora do litoral norte paraense. Sobre o seu processo de ocupação territorial e sobre a sua emancipação, enquanto município, Furtado e Pimentel (2010, p. 3) observam:

O nome Curuçá é corruptela de português que significa cruz e em tupi-guarani a pronúncia é curuzu. Suas origens se devem à importante feitoria de pesca,

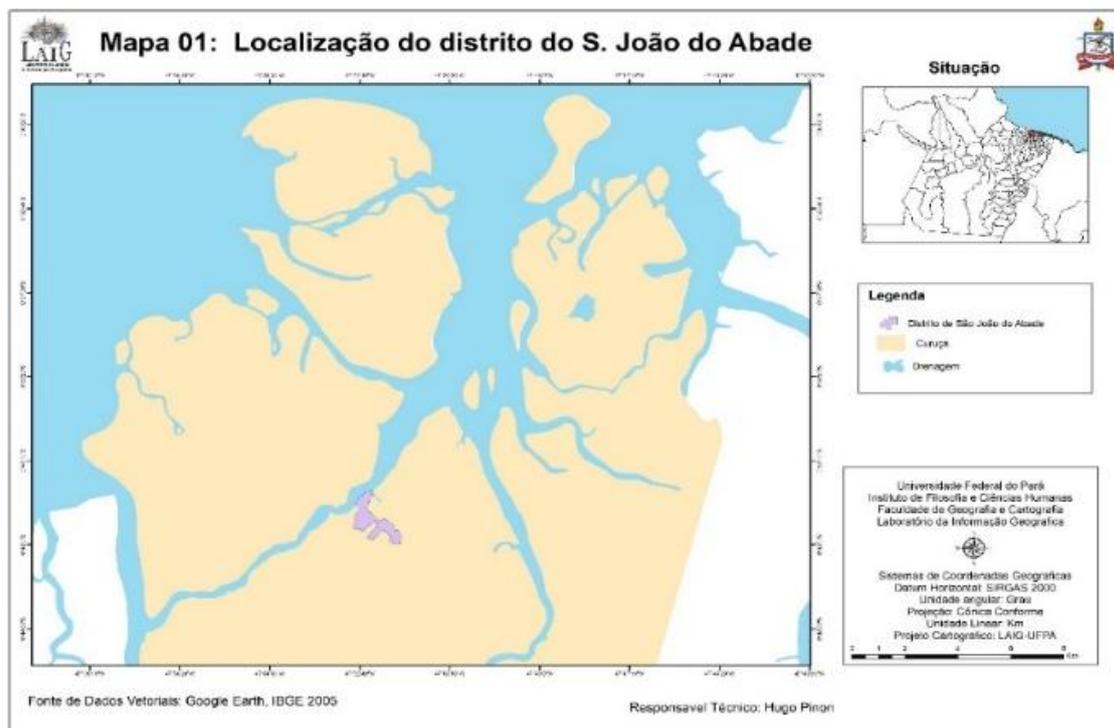
fundada pelos jesuítas no século XVII, onde também se cultivava mandioca, arroz, milho, feijão e se fazia a salga de peixe. A primeira localização foi o distrito de São João do Abade depois transportado para o local atual, antiga aldeia indígena dos andirás. Foi freguesia em 1756 sob a devoção de Nossa Senhora do Rosário e vila em 1758 com o nome de Vila Nova Del Rei. Em 1850 perdeu esse predicamento, reinstalado em 1951 com o nome de Curuçá. Passou à condição de município no ano de 1895. Várias transformações políticas ocorreram em seu território, ao inserir-se como integrante do município de Vigia, na jurisdição de Castanhal, mas logo desmembrada destes. Perdeu para o município de Marapanim o distrito de Monte Alegre e, recentemente, sofreu desmembramento do distrito de Terra Alta, que se tornou município independente. Possui hoje os distritos de São Pedro, Lauro Sodré, Ponta de Ramos, Murajá e Abade. (figura 1) Dista de Belém cerca de 132 km e sua sede apresenta as seguintes coordenadas geográficas de 0° 43' Lat S e 47°, 50' 59" Long Wgr.

Localizado no litoral norte do Brasil, no nordeste paraense, o acesso ao distrito do Abade via terrestre ocorre pela estrada PA-136, que o liga à sede do município de Curuçá, por meio de uma ponte de concreto sobre o igarapé Grande, à distância de 4 km,

por este curso fluvial. O distrito do Abade se situa no estuário amazônico, próximo à foz do rio Muriá, conforme se observa no mapa da Figura 1. Esta

condicionante espacial consolida a pesca, como a principal atividade econômica da cidade, tendo, o referido distrito, maior expressão, neste cenário.

Figura 1. Mapa de localização do distrito.



Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Cruz (2013) esclarece que a atividade pesqueira está presente no município de Curuçá, desde a sua criação, pautando-se como principal atividade econômica. Baseando-se no pensamento de Furtado e Pimentel (2010), a autora destaca a riqueza dos recursos flúvio-marinhos do município, desencadeando um funcionamento

ecológico local, baseado nas interações da tríade populações-territórios-recursos.

Segundo Cruz (2013), tal tríade é responsável pelas diferentes formas de uso e de apropriação dos ambientes e de seus recursos, sendo estes espaços territorializados pelo modo de vida e pelo trabalho das populações na

extração dos recursos, que vão da atividade pesqueira ao extrativismo vegetal e à agricultura, configurando-se, assim, em condicionantes das territorialidades de Curuçá e daquele distrito.

Cruz (2013) observa, ainda, que Curuçá apresenta um mercado municipal e três portos de desembarque de pescado: o porto do Caratateua, o porto do Ipupura e o porto do Abade, o qual recebe o maior volume de desembarque de pescado. Sobre a produção pesqueira, a estudiosa relata:

Entre as espécies de pescado capturadas com maior valor comercial, destacam-se: pescada gó (*Macrodon ancylodon*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), espada (*Aphanopus carbo*), bandeirado (*Pterophyllum scalare*), corvina (*Argyrosomus regius*), uritinga (*Tachysurus Grandicassis*), arraia de água doce (*Potamotrygon laticeps*), gurijuba (*Arius parkeri*) e camarão regional. Entre os crustáceos, estão os camarões (cascudo - *Macrobrachium amazonicum*, piticaia - *Penaeus Schimitii*, branco - *Penaeus Indicus* e pitu - *Metanephrops Rubellus*), os siris (azul ou tubarão - *Callinectes sapidus* e vermelho - *Dilocarcinus pagei* Stimpson), o caranguejo-uçá (*Ucides*

Cordatus) e o tamarú (*Malacostraca Alpheidae*). Os moluscos encontrados são os mexilhões (de areia - *Corbicula flumínea* e boi - *Margaritifera margaritifera*), ostras (*Crassostrea rizophorae*) e sururus (*Mytella charruana*). Há, ainda, uma fábrica de gelo, que produz gelo em escamas. (CRUZ, 2013, p. 43)

O mercado municipal do distrito (Figura 2) é responsável por comercializar a produção destinada ao consumo local e com municípios vizinhos, aos quais é dirigida, segundo um dos entrevistados, a produção excedente dos pescadores itinerantes, que pescam de forma autônoma, em regime de parceria de pesca, que comercializam as espécies não compradas pelas feiras e pelos mercados de outros municípios paraenses, como Bragança, Capanema, Magalhães Barata, entre outros. Algumas destas espécies são a corvina (*Argyrosomus regius*) e a gurijuba (*Arius parkeri*). A seguir, há dados sobre o comércio destas espécies no mercado municipal do distrito.

Figura 2. Fotografia de pontos de venda de peixe no Mercado Municipal, no Abade.



Fonte: acervo dos autores (2018).

Algumas espécies de peixes são disputadas, conforme se pode observar na Tabela 1, ocasionando conflitos entre os pescadores autônomos, organizados em grupos, chamados associações de pesca, e os pescadores subordinados, que trabalham para os marreteiros ou atravessadores, como são conhecidos os comerciantes e os proprietários dos frigoríficos do distrito. Ao buscar territorializar os espaços com estas espécies, ocorrem conflitos, quanto ao

uso e ao controle dos territórios de pesca.

O preço do pescado é menor entre os pescadores autônomos, pois estes rompem com a rede de intermediações e com o aviamento, característico da marretagem, que comanda a produção pesqueira. Tal rompimento possibilita, conseqüentemente, a prática de menores valores de venda do peixe ao consumidor final. A territorialização, por esses dois agentes, também ocorre na

disputa por rotas de comercialização e de escoamento da produção.

Os marreteiros promovem cooptação do esforço de pesca dos pescadores subordinados, por meio da marretagem, uma forma de aviamento, de caráter assistencialista, na qual se patrocina a pescaria dos pescadores empregado com os insumos

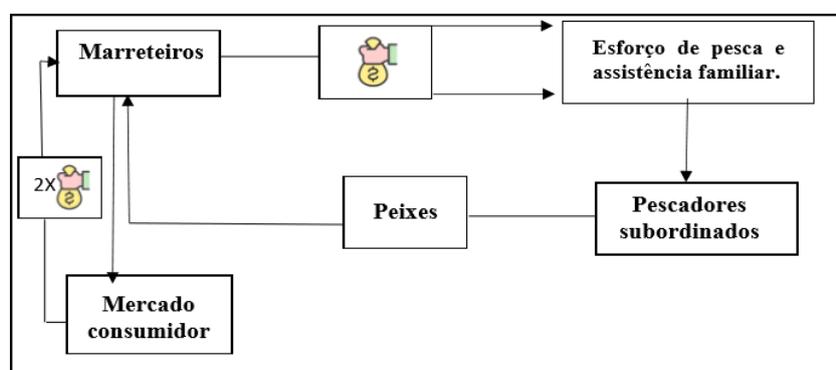
necessários, tais quais: combustível para a embarcação, apetrechos de pescaria, entre outros, além de proporcionar gêneros alimentícios e medicamentos a pescadores e suas famílias. Em função disso, estes sujeitos se subordinam à falta de compensação econômica. A Figura 3 apresenta o mecanismo da marretagem.

Tabela 1. Valores das espécies disputadas entre pescadores autônomos e pescadores subordinados aos marreteiros, no distrito

Espécies capturadas e disputadas	Preço de comercialização dos pescadores autônomos (em R\$/Kg)	Preço de comercialização dos marreteiros (em R\$/Kg)
Pescada go (<i>Macrodon ancylodon</i>)	R\$ 12,00	R\$ 18,00
Pescada amarela (<i>Cynoscion acoupa</i>)	R\$ 14,00	R\$ 19,60
Sarda (<i>Scomber scombrus</i>)	R\$ 16,00	R\$ 22,00
Bandeirado (<i>Pterophyllum scalare</i>)	R\$ 15,00	R\$ 17,00
Corvina (<i>Argyrosomus Regius</i>)	R\$ 13,00	R\$ 16,00
Gurijuba (<i>Arius parkeri</i>)	R\$ 14,00	R\$ 18,00

Fonte: elaborada pelos autores (2018).

Figura 3. Esquema de aviamento, feito pelos marreteiros do distrito do Abade.



Fonte: elaborado pelos autores (2018).

É necessário frisar que a pesca exercida por subordinados e por autônomos ocorre em ambiente de rio e, também, no espaço costeiro, no Abade. O grupo de pescadores autônomos é formado por seis a dez indivíduos, considerando o desempenho de determinadas funções, pelos integrantes do grupo. Trata-se de uma pesca artesanal com fins comerciais, conforme categoriza a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, embora os pescadores autônomos guardem traços culturais ribeirinhos, tais como os conhecimentos tradicionais, relativos ao modo de vida pesqueiro.

No geral, conforme relatos, estes trabalhadores pertencem a uma mesma comunidade rural, localizada às margens dos rios e das enseadas de Curuçá, podendo ter ou não grau de parentesco entre si. Dentre essas comunidades, estão as de Coqueiro, de Boa Vista do Iririteua, de Arapiranga, entre outras. Os pescadores autônomos residem, assim, em comunidades no interior de Curuçá, às

margens dos rios e dos igarapés, mas, também, em comunidades litorâneas, localizados em praias do município, tais como a Praia do Espadarte.

Para a captura do pescado, os pescadores autônomos utilizam o curral, enquanto os pescadores ligados aos marreteiros fazem uso de redes de emalhar e de redes de arrasto. As redes de pesca são de uso contínuo e frequente entre os pescadores subordinados, dado que estes desenvolvem uma pesca, que lhes exige maior mobilidade e locomoção por grandes percursos, pois estes sujeitos não têm conhecimento pesqueiro e não praticam a pesca com currais.

As malhas de suas redes possuem uma abertura própria, para selecionar o tamanho da espécie a ser capturada, o que significa que, em determinadas circunstâncias, os pescadores subordinados modificam a costura da abertura da malha da rede, em função da espécie de peixe a ser extraída, uma forma que os marreteiros

desenvolveram, para economizar na compra de apetrechos.

As redes de pesca são fabricadas com fios sintéticos de náilon e, no geral, são compradas na sede do município de Curuçá ou em outros

municípios do nordeste paraense. No trabalho de campo, constatou-se os diferentes tamanhos de aberturas de malha nas redes de pesca, cujos dados se encontram compilados na Tabela 2.

Tabela 2. Dados sobre a abertura das malhas e sobre o comprimento das redes de pesca.

ABERTURA DA MALHA (mm)	COMPRIMENTO DA REDE (m)	TIPO DE ESPÉCIE
30 mm	600 m	Gurijuba
25 mm	700 m	Bandeirado
12 mm	600 m	Sarda
10 mm	700 m	Pescada amarela
8 mm	600 m	Pescada gó
11 mm	600 m	Corvina

Fonte: elaborada pelos autores (2018)

O tipo de pescaria realizada pelos pescadores subordinados aos marreteiros é a litorânea, a determinada distância da costa de Curuçá, apesar de estes trabalhadores também fazerem uso de redes tarrafeadas, popularmente conhecidas como tarrafas, nos rios. No litoral de Curuçá, os pescadores dependentes dos marreteiros usam dessas redes, para arrastar os cardumes, até as águas de menor profundidade das praias, para serem capturados, sendo, em

seguida, transportados ao distrito do Abade, por embarcações geleiras, de onde grande quantidade segue, embarcada em caminhões dos frigoríficos. Esse tipo de pesca é conhecido como de arrasto, sendo realizado com redes de pesca de mesmo nome, a distância da costa.

A territorialidade dos pescadores autônomos curuçãenses possui, por base, dois tipos de currais: um, possui uma área aproximada de 48 m², podendo ser maior, conforme as

dimensões e a estrutura do curral de pesca, havendo situações de associações de dois ou três currais; o outro, utiliza currais com dimensões de 80 m² a 100 m² e, embora a estrutura e a forma, de modo geral, sejam as citadas e não mudem, suas dimensões (de comprimento e de largura) podem variar. As Figuras 4 e 5 ilustram currais dos tipos coração e enfia, respectivamente, conforme constatado pelo trabalho de campo, em Curuçá.

Nas entrevistas com os pescadores autônomos de Curuçá, constatou-se que a quantidade média de pescado a

ser capturada deve ser, preferencialmente, superior a 100 kg, que será transportada em uma ou mais embarcações geleiras, para ser vendida no mercado municipal do distrito do Abade.

Quanto à localização geográfica dos currais no nordeste paraense, estes podem ser classificados, segundo Manechey (1993) e Furtado (1987), como de beira, posicionados à beira das praias e dos rios, e de fora, localizados a uma determinada distância da costa, como observado na Figura 5.

Figura 4. Fotografia de um curral do tipo coração, no rio Curuçá.



Fonte: acervo dos autores (2018).

Figura 5. Fotografia de currais do tipo enfia, afastado alguns metros da costa.



Fonte: acervo dos autores (2018).

Os currais são os principais instrumentos de pesca dos pescadores autônomos de Curuçá e os peixes por eles capturados são transportados, pelas embarcações geleiras, até o distrito de São João do Abade. A Figura 6 ilustra o transporte de pescada gó por pescadores autônomos, após sua retirada do curral. Na fotografia, os peixes são transportados, por uma rabeta, para uma embarcação geleira,

maior, com destino ao distrito do Abade.

Cada curral configura uma determinada territorialidade pesqueira, através da territorialização dos pescadores autônomos, empreendida pelos usos dos recursos pesqueiros em ambiente de rio e no litoral. A área de abrangência dessa territorialidade corresponde aos limites de atuação destes pescadores.

Figura 6. Fotografia de uma rabeta, meio de transporte utilizado por pescadores autônomos, em Curuçá.



Fonte: acervo dos autores (2018)

A realização do mapeamento participativo, durante as incursões a campo, foi fundamental, para cartografar as informações geográficas dos pescadores autônomos e dos pescadores subordinados, o que, aliado às entrevistas com esses atores sociais, permitiu a confecção do mapa da Figura 7, no qual se observam as territorialidades produzidas pelos apetrechos de pesca de ambos os grupos, levando-se em consideração as **percepções ambientais-territoriais dos atores envolvidos** (SILVA, 2012).

O intuito da atividade, previamente informado aos participantes, foi de estimular a memória dos pescadores. Estes, fazendo uso de pincéis coloridos e de canetas esferográficas, plotaram as informações espaciais da pesca em uma imagem de sensor remoto da plataforma Google Earth e, também, em mapas em branco da localidade, atividade cujo principal objetivo era de mapear os conflitos e os territórios e as territorialidades locais, com base nas referências geográficas e nas

percepções dos sujeitos (SILVA; VERBICARO, 2016).

O mapeamento participativo, enquanto método de análise desta pesquisa, consistiu em realizar uma atividade com os pescadores, possibilitando a que estes marcassem

as referências geográficas de seu dia a dia de trabalho em imagens obtidas por sensores remotos e, também, em mapas-base do município de Curuçá e do distrito de São João do Abade, os quais continham apenas a localização de corpos hídricos.

Figura 7. Registro da realização do mapeamento participativo.



Fonte: acervo dos autores (2018).

As informações obtidas desse exercício foram: locais de conflitos; territórios e territorialidades de pesca, dos quais se extraem os peixes; rotas de escoamento, por vias fluvial e marítima; pontos de comércio de pescado, etc. São elementos de extrema relevância e obtê-los requereu

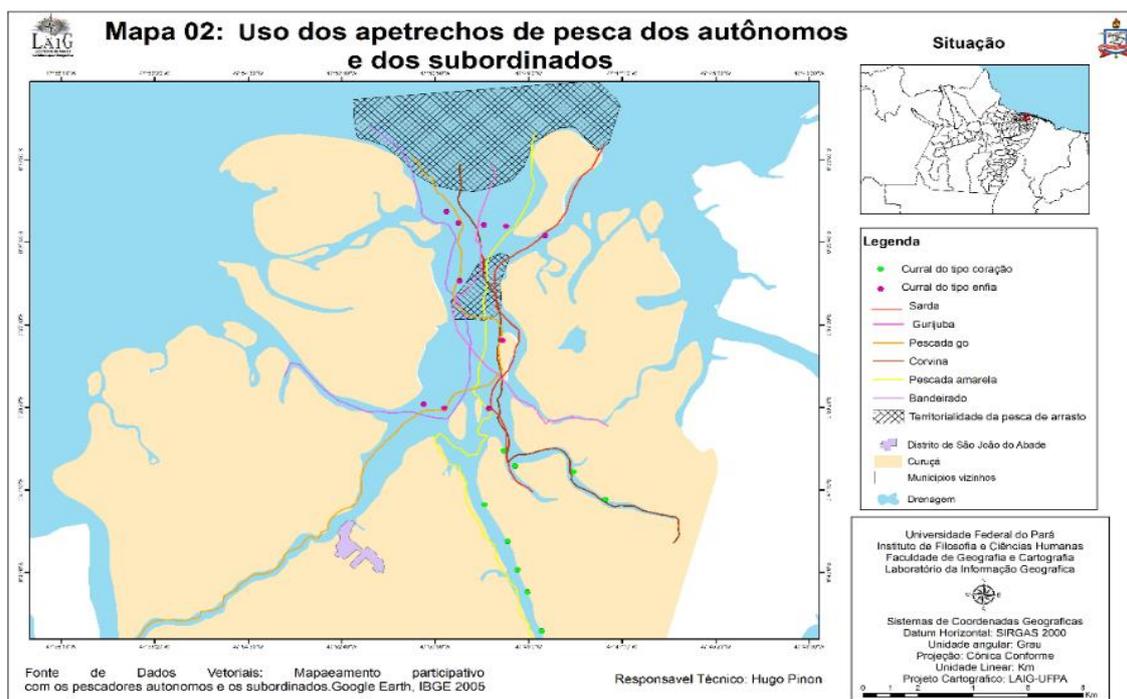
ganhar a confiança dos pescadores, pois esse conhecimento consiste em seu **segredo profissional** (MORAES, 2007). O mapa da Figura 8, produzido no mapeamento participativo, junto aos pescadores, mostra a configuração da abrangência territorial dos apetrechos de pesca, por estes

utilizados, bem como traz informações, relativas aos percursos dos cardumes de determinadas espécies.

Este mapa resultou da realização de entrevistas com os pescadores autônomos e com os subordinados aos marreiros. Por meio destas, constatou-se que estes usam, com

maior frequência, currais e redes de arrasto, embora os dois tipos possam ocorrer de maneira simultânea, ao passo que, entre os pescadores subordinados, a pesca de arrasto no mar e na foz dos rios de Curuçá é mais corriqueira.

Figura 8. Mapa do uso dos apetrechos de pesca, feito, conjuntamente, pelos pescadores autônomos e pelos subordinados.



Fonte: elaborada pelos autores (2018)

Ambos os grupos também informaram, com base em seus conhecimentos empíricos sobre a natureza, o percurso realizado pelas

espécies, que, habitualmente, capturam, através do fluxo da maré, bem como os locais de realização da pesca de arrasto de praia, por parte

dos pescadores vinculados aos marreiros. Os locais informados por estes foram confirmados, pelos pescadores autônomos, pois são motivo de conflito entre os trabalhadores, pela sobreposição das territorialidades, criada pelos usos de apetrechos de pesca em espaços aquáticos coincidentes.

Além disso, é possível apreender, pelo mapa em questão, que o arrasto dos peixes ocorre, ao longo do trajeto dos cardumes para o mar aberto, havendo interceptações, em algumas circunstâncias, pelas redes de arrasto dos marreiros, impedindo sua passagem, pelo movimento da maré, em direção à entrada dos currais dos pescadores autônomos. Os conflitos territoriais entre esses dois segmentos de pescadores estão, assim, estabelecidos. Na Tabela 3, são descritos os conflitos entre pescadores subordinados e autônomos, no ambiente aquático de Curuçá.

Os conflitos territoriais entre os dois grupos de pescadores vão além da disputa pela captura das espécies de

maior valor comercial e da sua comercialização, no distrito de São João do Abade, ocorrendo, também, nos locais de escoamento flúvio-marítimo da produção pesqueira nos rios de Curuçá, uma vez que tais rotas de escoamento também são utilizadas pelas embarcações geleiras dos marreiros, que são conduzidas pelos pescadores subordinados a estes agentes.

Se, para sobreviver na atividade pesqueira, os marreiros também empreendem estratégias territoriais, por meio dos pescadores a eles subordinados e dos pescadores autônomos, a principal estratégia territorial de sobrevivência vem sendo praticada pelos pescadores autônomos curuçenses e consiste em comercializar o seu pescado, sem a rede de intermediações dos marreiros, ou patrões de pesca, do distrito do Abade.

Nesse sentido, os pescadores autônomos desenvolveram novas redes de colaboração mútua, que se denominam, neste estudo,

cooperativas ou parcerias de pesca, que são associações colaborativas informais entre grupos desses sujeitos, que vão da captura do pescado até a

sua comercialização, sem depender da intermediação dos marreteiros, como compradores/revendedores de seus produtos.

Tabela 3. Conflitos protagonizados por pescadores subordinados e autônomos.

Tipos de conflitos	Causas	Consequências
Disputas pela captura dos peixes, através dos percursos destes nos movimentos de maré	Interceptação do percurso dos cardumes, pelo uso da rede de arrasto, por parte dos pescadores subordinados	Impedimento da entrada das espécies nos currais dos pescadores autônomos e o consequente conflito armado entre estes e os subordinados
Disputa pelos locais de venda no distrito do Abade	A territorialização dos pescadores autônomos no mercado municipal do distrito	O uso das frotas de caminhões frigoríficos, pelos marreteiros, para conquistar o mercado de clientes feirantes dos pescadores autônomos, nos municípios vizinhos
Sabotagem dos currais dos pescadores autônomos	Ações, conduzidas por pescadores subordinados, a serviço de marreteiros	Sequestro ou sabotagem das redes de pesca dos pescadores subordinados, pelos pescadores autônomos
Sequestro de embarcações geleiras de pescadores autônomos e de pescadores subordinados	Ações isoladas de roubo, conduzidas por piratas	Denúncias a autoridades policiais e confrontos armados entre os piratas e os dois segmentos de pescadores

Fonte: elaborada pelos autores (2018).

O raciocínio dos pescadores autônomos é de vender seus peixes diretamente ao consumidor final e, assim, obter ganhos reais com o produto de seu esforço, repartindo-se os ganhos da pesca entre si, de

maneira justa, rompendo com as intermediações dos marreteiros no comércio do pescado e tendo autonomia sobre o produto da sua pescaria, isto é, sobre o destino do pescado capturado, sobre o preço de

comercialização e sobre os mercados consumidores, com os quais de devem estabelecer relações comerciais. Desse modo, os pescadores autônomos adquirem maiores ganhos com a venda de seus peixes, os quais acabam caindo na mão dos marreteiros, quando estes estão na equação da transação comercial de pescado.

Quanto à justiça social na divisão dos ganhos com o comércio do pescado, os pescadores autônomos conscientes, por meio da longa experiência com a atividade de pesca e, também, por uma atitude de emancipação social, fruto de contestações políticas, quanto aos baixos rendimentos das intermediações dos marreteiros, rebelaram-se, passando a comercializar diretamente com o consumidor final. Para tanto, uma tabela de preços distinta, decidida em assembleia, pelos trabalhadores, que varia, conforme a quantidade de peixes capturada por cada grupo de autônomos, faz a mediação com o consumidor.

O dinheiro arrecadado com o comércio e com as encomendas de pescado é dividida entre os pescadores, segundo o tempo de trabalho dedicado à pescaria e a idade do pescador. Esta foi uma maneira encontrada por estes atores sociais, para dividir os ganhos do trabalho coletivo com equidade e com justiça social, sendo um sistema de pagamento de ampla aceitação e de consenso, entre tais indivíduos, os quais se compreendem não, apenas, como autônomos, mas, também, como participantes das decisões, relativas ao pescado capturado, quais sejam: a distribuição, a comercialização e as encomendas de peixes. Configura-se, assim, um sistema de gestão participativa e inclusiva, quanto aos recursos ictiológicos capturados.

Nesse sistema de trabalho, o pescador-chefe é o responsável por formar o grupo de pescadores e, na divisão de funções dos autônomos, possui o conhecimento das correntes de maré e determina, orientado por tal conhecimento, os locais de instalação

do curral de pesca. Nos pescadores desse grupo, há os mais jovens, que estão na faixa etária de 18 a 30 anos, há pescadores na faixa de 30 a 50 anos, que são aqueles em maior número, e há pescadores mais velhos, na faixa de 50 a 65 anos.

O pagamento é feito, segundo a divisão entre a idade do pescador e o tempo dedicado à pesca no curral. O resultado da divisão desses valores numéricos é multiplicado pelo total de pescado capturado, em quilogramas (kg). O produto desta multiplicação é o valor, em reais, pago ao pescador. O pescador-chefe, geralmente, é o mais velho da equipe, sendo incluído na última faixa etária, que vai de 50 a 65 anos. O tempo de dedicação à pesca de curral do pescador, como membro de um determinado grupo de autônomos, é registrada pelo pescador-chefe, com a participação e a fiscalização de todos os membros do grupo, sem exceção, embora cada um desempenhe papel distinto, dentro da divisão funcional de trabalho.

O pescador-chefe recebe essa denominação, em função de sua idade e de seu conhecimento empírico sobre o comportamento das marés, que lhe confere entendimento sobre o local de instalação do curral, mas as decisões sobre os preços, sobre o destino e sobre a comercialização do pescado capturado são tomadas em assembleia, pelo grupo de pescadores autônomos. Por essa razão, é uma gestão participativa e inclusiva, pois agrega todos da equipe.

Quando se faz necessária a manutenção ou o concerto de estruturas da embarcação, os pescadores autônomos fazem uso de uma poupança, feita entre eles, para a qual cada membro do grupo de pescaria doa um valor igual, conhecida como "caixinha", que possui a função de pagar pelo concerto das embarcações e, também, pela aquisição do gelo e de frízeres, para o armazenamento do pescado capturado, como se pode observar na Figura 9.

Figura 9. Registro fotográfico da compra de gelo, para armazenar o peixe, durante a pesca.



Fonte: elaborada pelos autores (2018)

Assim, são realizadas ações comunitárias para angariar fundos, por estes pescadores e por seus familiares, as quais incluem rifas e bingos, com o apoio de paróquias locais. O fundo, criado por cada grupo, pertencente ou não à mesma comunidade, permite a solidariedade mútua, entre os que buscam manter a autonomia de seu esforço de pesca.

Corroborando as informações obtidas nas entrevistas com os pescadores, constatou-se tal solidariedade, durante o

trabalho de campo, com o uso do recurso da "caixinha", para fins além dos mencionados, como para a aquisição de medicamentos para algumas das famílias dos pescadores, em situação de vulnerabilidade econômica. As formas de emprego dos recursos desta poupança também são decididos em assembleia, por todos os pescadores autônomos de determinado grupo, o que reforça a perspectiva de identificação dos pescadores autônomos, constituindo-se em sua principal estratégia.

CONCLUSÃO

As estratégias observadas nesta pesquisa são produto do contexto social e histórico desta localidade específica, que emergem dos conflitos territoriais pesqueiros, espacialmente localizados, entre os distintos agentes, que objetivam se manter na atividade de pesca, enquanto segmento social.

Esta pesquisa, após a realização de incursões a campo, após a apreensão da realidade do contexto social em estudo e ao se proceder à minuciosa observação, amparada em entrevistas com os sujeitos construtores de tal realidade, considera que este debate não se encerra com este texto, dada a complexidade do universo da realidade pesqueira amazônica, principalmente, no que se refere ao tratamento político destes conflitos, bem como à regulamentação e ao reconhecimento da existência destes territórios pesqueiros, pelo poder público e pela sociedade civil organizada.

Esta pesquisa trouxe, para o debate, a reflexão sobre a necessidade de se romper com este modelo de aviamento,

para a comercialização e para a exploração dos recursos extrativos, como o do pescado, que é vigente na Amazônia e que está presente, também, em Curuçá, por meio dos marreteiros do distrito do Abade. Este modelo possibilita a acentuação de misérias e de injustiças sociais.

A prática de trabalho dos pescadores autônomos de Curuçá, ou seja, dos trabalhadores, que buscam manter a autonomia de seu esforço de pesca, e as ações de colaboração coletiva, dentro da atividade pesqueira, têm se convertido em uma alternativa em potencial, para se decretar o fim das amarras com o aviamento e com os marreteiros.

A captura e o comércio de pescado, por parte destes trabalhadores autônomos, têm sido, como se pode constatar no trabalho de campo, bem-sucedidos e têm se configurado com êxito, em um forte modelo de concorrência comercial ao domínio e ao controle na pesca, exercidos pelos marreteiros do distrito do Abade. Isto não ocorre sem lutas e sem enfretamentos, pois a alternativa dos

pescadores autônomos tem sido rigorosamente combatida, pela elite política e econômica dos padrões de pesca, de todos os meios possíveis e disponíveis, legais ou não.

Eis uma evidente colisão de interesses, na qual os conflitos territoriais não se dão, apenas, pela conquista e pela manutenção dos territórios pesqueiros, mas, também, pela conquista e pela manutenção dos mercados consumidores de pescado. Nesse sentido, a experiência social dos pescadores autônomos tem se convertido em um exitoso rompimento da hegemonia histórica do assistencialismo na pesca, que consolidou a figura do marreteiro, fato que nos conduziu a esta pesquisa e à execução deste debate, em que as estratégias territoriais de sobrevivência de ambos os segmentos vêm sendo protagonistas, considerando os meios utilizados por cada um dos sujeitos sociais, para alcançar suas metas e seus objetivos, no sentido de se manter na atividade e no comércio de pescado. O distrito de São João do Abade, como

principal entreposto comercial de pescado, em Curuçá, é palco e condicionante destes acontecimentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *Ciência e Cultura*, v. 70, p. 58-61, 2018.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". *Cadernos CRH*, v. 25, p. 63-71, 2012.
- ACSELRAD, Henri; COLI, L. Disputas territoriales y disputas cartográficas: el surgimiento de nuevos sujetos "cartografantes". *Revista Internacional de Filosofía Política*, p. 63-86, 2010.
- ACSELRAD, Henri. Mapa dos Conflitos Ambientais - a experiência do Rio de Janeiro. *Proposta*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 26-32, 2003.
- ALVES, E. Mudanças e continuidades do aviamento na pesca artesanal. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 2, p. 65-76, maio-ago. 2006.
- BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. *In*: BEGOSSI, A. (Org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 223-225.
- BRASIL. **Decreto nº 9.004**, de 13 de março de 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9004.htm. Acesso em: 19 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 21 maio 2017.

CERES, L. S. R. Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina. *In*: ACSELRAD, H. et al. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2a ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012. p. 123-162.

CHAVES, Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos. **Gestão pública e participação: uma análise do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2010.

CHAVES, C. R. O discurso manifesto jamais-dito do mapa: mapeamento participativo com pescadores da baía de Guanabara. **OLAM - Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 2, 2013. ISSN 1982-7784.

CLAVAL, P. O Território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**, ano 1, n. 2, 1999.

CRUZ, M. **Gestão de recursos pesqueiros na RESEX Mãe Grande de Curuçá: comunidade de Arapiranga de Dentro**. 2013. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FURTADO, L. G. **Currallistas e Redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. 1a ed. Belém: CNPq; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. v. 1. 366 p.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, A. M. M.; PIMENTEL, M. A. Degradação ambiental e cultural decorrente da atividade turística na zona costeira do nordeste paraense. Estudo de caso no município de Curuçá-PA. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física; II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, maio de 2010. **Anais [...]**. Coimbra, 2010.

FIGUEIREDO, E. M. **Uma estrada na reserva: impactos da estrada PA-136 em Mãe Grande, Curuçá (PA)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi/Embrapa, Belém, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar: minidicionário da língua portuguesa**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia**, v. 11, n. 2, 1995.
- LIMA, Marta Goreth Marinho. O migrante de pesca e o espaço urbano. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas** [online], v. 2, n. 3, p. 33-50, 2007. ISSN 1981-8122.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222007000300005>.
- LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana**. 2a ed. (S.I): Cosmos, 1954.
- MELLO, A. F. **A Pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: Ed. UFPA, 1985.
- MORAES, S. C. Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal. **Ateliê Geográfico (UFG)**, v. 5, p. 02-18, 2011.
- MANESCHY, M. C. Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, p. 53-74, 1993.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. v. 29. São Paulo: Ática, 1993.
- RUFFINO, M. L. **Gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.
- SORRE, M. **Geografia**. Tradução e organização: Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.
- SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios, territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015. p. 73-94.
- SILVA, C. N. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, p. 118-128, 2008.
- SILVA, C. N. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 2, p. 25-32, 2007.
- SILVA, C. N. et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, p. 193-214, 2016.
- SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O Mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Revista Scientia Plena**, v. 12. n. 5, p. 1-12, 2016.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos**. Tradução: Clotilde da Silva Costa. 3a ed. Belo Horizonte: Itália; São Paulo: Ed. USP, 1988.